

Conselho Local de Acção Social de Mortágua

Plano de Desenvolvimento Social
do Concelho de Mortágua
(2004 - 2007)

Plano de Acção
do Concelho de Mortágua
(Junho 2004 - Junho 2005)

Cooperar

para

Desenvolver

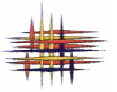


UNIÃO
EUROPEIA



POEFDS





I- Introdução

Com o Plano de Desenvolvimento Social (PDS) passa-se de um nível de conhecimento para um nível de decisão, em que são feitas as opções, em que se desenham orientações e cenários de transformação da realidade social, partindo dos problemas e prioridades identificadas no Diagnostico Social.

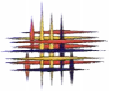
O Plano de Desenvolvimento Social propõe apenas os objectivos que se julgam exequíveis, sob pena de cair no descrédito junto da população e dos parceiros.

Importa ainda, salientar que o Plano não é um fim em si, mas um instrumento ao serviço da acção. É a partir dele que são pensadas todas as intervenções, quer elas sejam elaboradas no âmbito da sua operacionalização (programas e projectos), quer elas sejam propostas por actores locais que pretendam vir a desenvolver acções neste âmbito. Neste sentido, o Plano de Desenvolvimento Social irá vincular as iniciativas de todos os agentes cujo âmbito de actuação tem repercussões no desenvolvimento social do concelho.

O Plano de Desenvolvimento Social, é assim, um instrumento de planeamento de toda a intervenção social concelhia, onde se encontram as respostas: O que fazer? Onde fazer? Para quem fazer? Com quem fazer?

Conforme o deliberado em reunião do CLAS, o PDS, terá um âmbito de actuação de 4 anos e será operacionalizável mediante a execução de Planos de Acção de carácter anual que consubstanciarão a sua operacionalização.

O Plano de Desenvolvimento Social apresenta uma estrutura que procura ser clara, racional e objectiva. Após a Introdução é apresentado no ponto dois – Do Diagnóstico ao Plano – o qual pretende estabelecer o elo de ligação entreo



Diagnóstico Social e o Plano, de modo a contextualizar a intervenção traçada. No ponto três é feito o enquadramento, ainda que sucinto, dos objectivos e estratégias de intervenção nacional e local. O ponto seguinte apresenta as linhas orientadoras do PDS – os objectivos gerais e os específicos – descrevendo cada um deles, assim como os indicadores. O ponto quinto apresenta as Estratégias e os recursos, o ponto seis a conclusão e o ponto sete a avaliação de dispositivos de monitorização. Este é o capítulo que pretende fazer a ponte para os Planos de Acção, que estarão na base do processo de implementação do PDS. A Metodologia é tratada no ponto oito e, por último, temos a Bibliografia que facilitou a construção e a redacção do documento.

II - Do Diagnóstico Social ao Plano de Desenvolvimento Social

Pretende-se estabelecer o elo de ligação entre o Diagnóstico Social (identificação e hierarquização dos problemas) e o Plano de Desenvolvimento Social (intervenção sobre os problemas considerados prioritários).

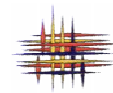
No contexto de realização do Diagnóstico Social, através da aplicação da análise SWOT, foram inventariadas necessidades e problemas, os quais serão agora abordados na óptica da intervenção social sobre os mesmos:

1- Problemas/Prioridades

1.1 - Demografia:

O decréscimo da natalidade, e o progressivo envelhecimento da população, produzem impactos sociais que devem ser tomados em consideração no planeamento das políticas sociais, concretamente nos serviços e equipamentos sociais.

O decréscimo do número de indivíduos do escalão etário com menos de 15 anos origina o decréscimo da população do ensino pré-escolar e do primeiro e



segundo ciclos o qual tem repercussões nas décadas seguintes, nomeadamente no escalão dos jovens com mais de 15 anos, originando assim, também o decréscimo da população estudantil do ensino secundário.

Por outro lado, os índices de dependência, tanto dos jovens como dos idosos, permitem observar o decréscimo da dependência etária dos jovens e o movimento inverso no que se refere aos idosos. Assim, este crescimento evidencia necessidades ao nível dos investimentos em serviços e equipamentos de apoio à terceira idade.

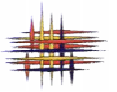
Contudo, importa tomar em consideração as assimetrias da distribuição territorial deste fenómeno e, concretamente no “interior” do concelho, pois são diversas as realidades, em matéria da estrutura etária desta população.

1.2- Educação

No que concerne ao ensino pré-escolar, a avaliação dos recursos existentes leva-nos a concluir que a este nível se vem registando nos últimos anos evolução muito positiva tanto ao nível das dimensões físicas dos respectivos equipamentos, como ao nível dos serviços prestados.

Importa no entanto assinalar que dada a importância que este “nível de ensino” tem vindo a assumir nas políticas educativas e sociais concelhias, continua a merecer uma atenção prioritária de forma a atingir uma cobertura de 100%, atendendo sempre às assimetrias diagnosticadas.

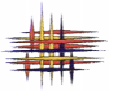
Quanto ao 1º Ciclo do Ensino Básico, tem-se verificado o decréscimo de crianças que tem como consequência o encerramento de algumas escolas e a sub lotação de outras. A este nível regista-se uma diversidade de situações que identificam um conjunto de assimetrias, as quais tem consequência no



planeamento de outros serviços sociais de apoio à criança e à família, nomeadamente o fornecimento da refeição e as actividades de tempos livres. Os critérios definidos para a frequência de determinada escola são a área de residência dos alunos ou também a proximidade do local de trabalho dos pais ou encarregados de educação. Não é simples, tendo em consideração tais critérios elaborar o planeamento na implantação de tais serviços. Atendendo ao actual raio de acção de cada escola, e considerando que a rede viária intra concelhia alterou radicalmente as distâncias relativas e absolutas, e se tivermos em linha de conta os índices de envelhecimento das freguesias do concelho, torna-se evidente que a primeira prioridade reside no reordenamento do parque escolar de forma a proporcionar um maior número de crianças e famílias, através dos recursos já criados, um conjunto de serviços essenciais a uma educação de qualidade e fundamentais para o desenvolvimento.

Ao nível do 2º e 3º Ciclos e Ensino Secundário, o problema reside na ausência da concepção e promoção de projectos e iniciativas que articulem o universo escolar com a comunidade envolvente e que potenciem a participação da família em todo o processo educativo, funcionando como elemento preventivo do insucesso e do abandono escolar. Tratar-se-á de um desiderato complexo, mas essencial para o desenvolvimento sócio económico do concelho.

A persecução deste objectivo, passará por pensar de forma integrada a relação jovem/família/escola/comunidade e também a ocupação dos tempos “mortos” com actividades capazes de mobilizar os jovens dos diversos graus de ensino, actuando preventivamente em factores de risco a que os jovens estão expostos.

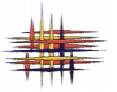


Relativamente à população adulta, identificam-se as baixas qualificações escolares, sobretudo em idade mais avançada, as quais são ainda consequência de um modelo de desenvolvimento sócio económico, não alicerçado na educação e cujo sistema de Ensino Recorrente não tem conseguido dar resposta. Prioritariamente, resulta a necessidade de dotar esta população, (principalmente a que se encontra em idade activa - com dificuldades de integração ou reintegração no mercado de trabalho) de uma qualificação escolar que articulada com outras medidas de política social e de formação, lhes permita adquirir competências para a inclusão.

1.3- Desemprego, Formação Profissional e Tecido Económico

O problema do desemprego não se situa tanto em termos quantitativos, mas sobretudo na natureza do mesmo. Assim, mais do que a taxa de desemprego, o Concelho apresenta uma bolsa de desempregados de muito baixas qualificações escolares, e desajustadas qualificações profissionais, que associadas à idade avançada contribuem para um desajustamento entre a oferta e procura do mercado de trabalho. Trata-se ainda, de um desemprego maioritariamente feminino.

Perante as exigências que se colocam hoje no tecido económico, as taxas de empregabilidade para esta população serão sempre muito reduzidas, se não for reforçada e articulada a escolaridade/formação e o tecido económico, nomeadamente ao nível de reconhecimento e validação de competências, da formação na área dos serviços de proximidade, os quais tem um potencial de crescimento, em virtude do envelhecimento populacional e das novas exigências que se colocam à família. Por outro lado, identifica-se também um desajustamento entre as expectativas de inserção no mercado de trabalho dos jovens mais escolarizados (com habilitações iguais ou superiores ao 9º ano de



escolaridade) e a oferta de emprego que incide sobretudo em profissões qualificadas nas áreas da serralharia, carpintaria, etc. as quais são desvalorizadas por este público.

- As prioridades colocam-se:

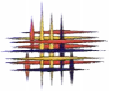
Na promoção da realização de um Diagnóstico de Necessidades de Formação Profissional junto do tecido produtivo do concelho, o qual poderia assegurar algumas saídas profissionais, para além da reconversão profissional;

- Nas oportunidades de empregos sociais e de proximidade, sobretudo em situações de desemprego prolongado ou em idades tardias (CET, Estratégias para a Juventude no Desenvolvimento Sócio Económico de Mortágua);
- No reforço do dinamismo, competitividade e inovação do tecido sócio económico (CET - Estratégias para a Juventude no Desenvolvimento Sócio Económico de Mortágua);
- Na consolidação de uma estratégia empresarial articulada: Turismo/Cultura/Desporto (CET - Estratégias para a Juventude no Desenv. Sócio Económico de Mortágua).

1.4- Acção Social

Se por um lado o diagnóstico social comprovou já o duplo envelhecimento, da **população idosa** concelhia, o que produz consequências sociais que devem estar presentes no planeamento dos serviços e equipamentos, por outro lado, revelou a existência, de enormes carências a este nível.

Com efeito, apesar do esforço registado, sobretudo, a partir da segunda metade da última década por parte da Santa Casa da Misericórdia (única Instituição Particular de Solidariedade Social que presta serviços na área da terceira idade), da Câmara Municipal e do Ministério da Solidariedade e Segurança Social, a situação está longe de ser ainda satisfatória. A taxa de utilização do centro de dia é 100%, do lar de idosos é também 100% e a do

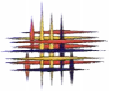


apoio domiciliário é de 98,6%. Desta forma, encontra-se “quase” esgotada a capacidade de resposta concelhia a este grupo populacional, evidenciando uma fortíssima carência deste tipo de equipamentos e serviços. Apesar desta carência ser comum ao país, Mortágua apresenta uma taxa de cobertura inferior à média do continente e do distrito. Esta situação é tanto mais grave, porquanto o contingente de crescimento de idosos evidencia “novas” necessidades que exigem investimentos. Um maior esforço no sentido do aumento da oferta é prioritário e deverá advir não só da rede de solidariedade, mas também do reforço do investimento público.

Outros aspectos a considerar, é a carência de um projecto articulado de intervenção e parceria dos serviços de saúde e acção social, ao nível do apoio domiciliário integrado, as situações de isolamento e solidão em que vivem muitos idosos, desresponsabilização de muitas famílias no apoio aos seus membros mais idosos, para além da concentração de todos os equipamentos/serviços na sede do concelho e sobretudo numa só instituição.

Assim, o crescente envelhecimento da estrutura etária e as necessidades identificadas justificam uma intervenção prioritária aos seguintes níveis:

- Reforçar a cobertura dos serviços/equipamentos que privilegiam a manutenção dos idosos no seu meio ambiente, evitando desta forma a sua institucionalização, nomeadamente ao nível do apoio domiciliário integrado e centros de dia;
- Criação de um serviço de apoio domiciliário integrado ao nível da saúde e da acção social;
- Alargar a rede privada de solidariedade nas valências Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário, tendo em consideração as assimetrias e a dispersão



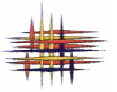
demográfica do concelho, que deverá surgir não só da rede de solidariedade mas também do investimento público;

- Organizar actividades de animação sócio cultural;
- Envolver a família e vizinhos sempre que possível, na prestação de cuidados aos idosos.

Ao nível da infância, na **primeira infância** verifica-se que a valência creche apresenta uma taxa de utilização de 109%, e uma taxa de cobertura de 10% a qual fica muito aquém da registada ao nível do continente (17%). Desta forma, a capacidade de resposta desta valência encontra-se esgotada. Atendendo a algum “crescimento” populacional que parece estar a surgir no concelho, e à crescente participação da mulher no mercado de trabalho, a situação diagnosticada coloca a questão do acolhimento deste grupo etário, para além da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Tornando por isso o investimento nesta área como prioritário, quer seja pela criação de um novo equipamento ou pela promoção de uma creche familiar.

Relativamente aos equipamentos para a **segunda infância**, nomeadamente os centros de actividades de tempos livres com almoço, que desenvolvem um conjunto de actividades que vão desde do apoio ao nível educativo, alimentar e animação, há a registar a dificuldade em continuar a planear a sua implantação, se considerarmos as localidades de implantação das escolas, o número de alunos e a evolução da estrutura etária respectiva. O reordenamento do parque escolar iria proporcionar a frequência dos equipamentos já existentes o que permitiria também a sua rentabilização em termos de recursos humanos e físicos.

A população **portadora de deficiência** é particularmente vulnerável à exclusão social. Reportando-nos aos dados dos Censos de 2001, no concelho



existem 958 indivíduos portadores de deficiência, ou seja, 9,3% da sua população total, dos quais 530 são homens e 432 são mulheres.

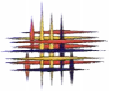
Do ponto de vista da estrutura etária, verifica-se que a sua taxa de incidência se agrava com a idade, facto que em si não apresenta qualquer novidade, mas reforça a necessidade de atenção acrescida aos idosos que se encontram numa dupla situação de dependência. Não podemos descurar também que o número de indivíduos portadores de deficiência nos escalões etários mais jovens, que associado à inexistência de qualquer serviço ou equipamento que lhes dê resposta, são por si só um sinal claro da necessidade da sua criação.

Investir na melhoria da qualidade de vida desta população deve constituir um objectivo prioritário. O desenvolvimento social não é possível se deixarmos “à margem” a sua (re) integração.

No entanto, não se tratando de um grupo homogéneo, e atendendo ao facto de que a diversidade do grau de incapacidade entre os diversos tipos de deficiência é muito diferente, e porque a informação disponível não permite determinar esse mesmo grau nesta população, importa, encontrar respostas adequadas aos diferentes tipos de necessidades. Deve-se por isso prioritariamente aprofundar o seu conhecimento, através de um diagnóstico de problemas e recursos.

1.5 – Saúde

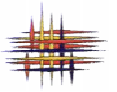
Os problemas identificados estão fortemente associados com os problemas relativos aos **grupos sociais mais vulneráveis**, que afectam especialmente as famílias disfuncionais ou desestruturadas (alcooolismo), e idosos em situação de dependência.



O problema do alcoolismo, é apontado por vários actores sociais, como *“sendo o problema social mais incidente no Concelho”*. Contudo ainda se desconhece a exacta extensão do fenómeno. Sendo o alcoolismo fundamentalmente um problema de saúde com causas de natureza social, mas com efeitos ao nível familiar e da estrutura produtiva (violência doméstica, precaridade económica, absentismo e dificuldade de (re) integração no mercado de trabalho), importa não só actuar ao nível do tratamento mas também ao nível da reinserção social do indivíduo. Nesta perspectiva, a reinserção social deve constituir-se como parte integrante do processo de tratamento. Sobretudo na aquisição de aptidões sociais e pessoais, bem como nas competências profissionais, estas surgem como fundamentais para uma harmoniosa inserção do indivíduo recuperado, quer no meio familiar, quer no meio laboral e na sociedade em geral.

Atendendo a que não existe informação quantificada aprofundada, a elaboração de um diagnóstico rigoroso de problemas e necessidades poderá permitir a este nível definir planos de intervenção integrados ao nível da saúde, acção social e emprego.

No que concerne à tóxicodependência os indicadores associados à mesma, (criminalidade – crimes contra as pessoas e património, indivíduos condenados por crimes relativos à droga e troca de seringas) não nos permite inferir que se trata ainda de um problema de índole social. O Problema reside sobretudo na inexistência de um Projecto Municipal de Prevenção Primária de forma a evitar o aparecimento de comportamentos de risco, sobretudo em meio escolar. Neste sentido torna-se prioritário agir preventivamente neste grupo específico.



As principais prioridades identificadas, prendem-se sobretudo:

- Criação de um Serviço de apoio domiciliário integrado;
- Criação ou reforço dos serviços e equipamentos de apoio à população em situação de dependência;
- Criação do Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências;
- Diagnóstico de necessidades e problemas ao nível do alcoolismo;

1.6 – Habitação

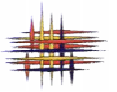
Partindo do princípio que “*as pessoas não são coisas que se metam na gaveta*”, o problema da habitação reside sobretudo na capacidade de resposta a situações de precaridade habitacional de famílias, dispersas pelo concelho, e integradas socialmente, cujo realojamento no Bairro Social da Gandarada seria uma forma de desintegração, ou não permitir por um lado conjugar a função residencial com a função económica, e por outro, ao cortar as relações de vizinhança, sociabilidades e rede de solidariedade local.

A especificidade do mundo rural no que respeita à problemática identificada não é objecto de qualquer programa que lhe responda cabalmente.

A prioridade reside na diversificação das políticas e medidas de habitação social, tendo em conta a complexidade das problemáticas que lhe estão inerentes.

1.7 – Cultura, Desporto e Associativismo

Possuindo o Concelho um movimento associativo forte, com intervenção a vários níveis (cultura, desporto, etc.) e bem apetrechado em termos de



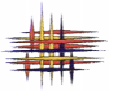
infraestruturas físicas, poderíamos ser levados a concluir que não reside nesta área qualquer problema. Contudo não é assim.

Não é assim, porque, hoje se colocam grandes e novos desafios ao movimento associativo. Cujas prioridades devem centrar-se, sobretudo, na capacidade de induzir experiências de sucesso, actualizando saberes e formas de acção, dando resposta a novas necessidades. O que pressupõe a reformulação de alguns dos seus objectivos e a assumpção de novas metodologias de trabalho.

Assim, e assumindo o movimento associativo um papel crucial enquanto factor de desenvolvimento local e de identidade local, a prioridade de intervenção reside sobretudo ao nível da:

- Promoção de novos bens e serviços, promotores e conhecimento, cultura, lazer e desporto (Ex: desenvolvimento de novas formas de desporto associados a espaços de natureza – Floresta, Água, etc.);
- Promoção, criação e utilização dos equipamentos com iniciativas na área da cultura, lazer e desporto;
- Promoção e realização de iniciativas promotoras de “experiência positiva”, com especial destaque para as crianças e jovens;
- Promoção do envolvimento de sectores específicos da população na concepção, preparação, execução e avaliação de iniciativas locais;

Interessa também, ainda, analisar conjuntamente as estratégias dos actores envolvidos (líderes associativos, sócios e utentes, interlocutores das associações, poder local e central, etc.), de forma a perceber a capacidade de investimento numa qualificação das actividades, num desenvolvimento associativo, integrado, participado e inovador, capaz de responder aos novos desafios que a todos se colocam.



III- Enquadramento dos Objectivos e Estratégias de Intervenção no Planeamento Nacional e Local.

1. Intervenção de Âmbito Nacional

1.1 Plano de Desenvolvimento Económico e Social – III Quadro Comunitário de Apoio – 2000-2006

O Modelo de Desenvolvimento do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social assenta na noção de Desenvolvimento Sustentável apoiado, simultaneamente, na prosperidade económica e na equidade social e ambiental. Preocupado em fortalecer a competitividade da economia, com preocupações na melhoria das qualificações da população e em promover a qualidade de vida, nomeadamente na protecção do ambiente, na promoção dos sectores sociais, como o da educação, saúde e cultura.

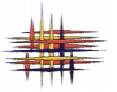
1.1.1- Eixos Prioritários

Elevar o nível de qualificação dos Portugueses, promover o emprego e a coesão social.

- Emprego, Formação Profissional e Desenvolvimento Social.

1.1.2- Objectivos:

A integração sócio-profissional de grupos com dificuldades no acesso ao mercado de trabalho, visando, por um lado, a melhoria das condições de vida de populações com maior vulnerabilidade através da revitalização do tecido social e da promoção do desenvolvimento local integrado, e por outro lado, potenciando a empregabilidade destes grupos, promovendo a sua inserção social e profissional.



1.1.3- Prioridades

Desenvolver os serviços de apoio ao emprego e à formação;

Promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres;

Promover o desenvolvimento social.

1.2 – Plano Nacional de Acção para a Inclusão – 2003-2005

Objectivos Comuns da Estratégia Europeia para a Inclusão Social

Promover a participação no emprego e o acesso de todos aos recursos, aos direitos, aos bens e aos serviços;

Prevenir os riscos de exclusão;

Actuar em favor dos mais vulneráveis;

Mobilizar o conjunto dos intervenientes.

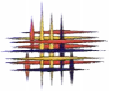
Eixos Estratégicos

Articulação do desenvolvimento económico do país com as necessidades de melhoria da coesão social e a eliminação de factores estruturais favorecedores de processos de exclusão;

Promover a incorporação do objectivo da coesão social nas políticas correntes de desenvolvimento económico, formação/emprego, educação, segurança, saúde e habitação;

Modernização dos sistemas de protecção social, enquanto instrumentos especialmente vocacionados para o combate à pobreza;

Desenvolvimento de programas integrados dirigidos a segmentos sociais e territórios confrontados com situação de pobreza e exclusão social;



Expansão, desenvolvimento e a qualificação da rede de serviços e equipamentos;

Promoção da igualdade de facto entre homens e mulheres.

1.3 – Plano Nacional de Emprego 2003-2006

As políticas de emprego apresentam-se como um conjunto de medidas que visam contribuir para a elevação do nível global de emprego e corrigir os problemas estruturais que decorrem da caracterização do desemprego e cujas consequências, importa nuns casos contrariar, e noutros, antecipar e agir preventivamente. Para além dos seus efeitos transversais nas políticas económicas, sociais e educativas.

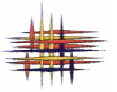
Directrizes:

Directriz 1 – Medidas activas e preventivas dirigidas aos desempregados e aos inactivos.

Através desta directriz procura-se prevenir e combater o desemprego juvenil, o desemprego de longa duração e o desemprego feminino.

Directriz 2 – Criação de emprego e espírito empresarial

Através desta directriz pretende-se incentivar a criação de mais e melhores empregos, fomentando o espírito empreendedor, a inovação, a capacidade de investimento e uma envolvente favorável ao dinamismo empresarial, nomeadamente, através da consolidação dos instrumentos de consultoria para a inovação, formação e apoio à gestão de pequenas e micro empresas e dinamização de programas de apoio à inovação. Pretende-se ainda através da formação, tornar o espírito empresarial uma opção de carreira. Pretende-se também o desenvolvimento do potencial humano no domínio da ciência e tecnologia e a fixação de quadros.



Directriz 3 – Fazer face à mudança e promover a adaptabilidade no mercado de trabalho.

Com esta directriz pretende-se a promoção do acesso à formação profissional, em especial dos trabalhadores de baixas qualificações.

Directriz 4- Promover o desenvolvimento do capital humano e aprendizagem ao longo da vida (Nomeadamente de pessoas sub certificadas de competências, adquiridas por via das experiências profissional e de vida e também no sistema formal, e que não se encontram certificadas).

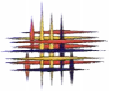
Através desta directriz pretende-se consolidar a educação/formação de adultos enquanto sistema integrado facilitador do acesso generalizado dos adultos à progressão educativa e profissional, contribuindo para melhorar a sua qualificação e empregabilidade. Pretende também, reforçar o desenvolvimento e a qualidade da educação pré-escolar, da educação escolar e extra-escolar e reforçar as medidas de prevenção e combate ao insucesso de abandono escolares.

Directriz 6 – Igualdade de género

Através desta directriz pretende-se melhorar a participação feminina no mercado de trabalho, em termos quantitativos e qualitativos; e promover uma maior conciliação entre a actividade profissional e a vida familiar, designadamente através do aumento, diversificação e melhoria da oferta de serviços de apoio às famílias (crianças e outros dependentes) e de uma melhor adequação da oferta à procura a nível regional e nacional.

Directriz 7 – Promover a inserção no mercado de trabalho de pessoas desfavorecidas e combater a discriminação de que são alvo.

Através desta directriz procura-se fomentar a inserção de pessoas que enfrentam dificuldades especiais no mercado de trabalho, nomeadamente pessoas em situação de desvantagem. Ou seja, aqueles que abandonaram



precocemente o sistema educativo, as pessoas com deficiência, os desempregados e inactivos que querem trabalhar, os trabalhadores pouco qualificados e desempregados de longa duração. Tais medidas contribuem para desenvolver as suas capacidades de empregabilidade, criando-lhes oportunidades específicas de emprego, prevenindo formas de discriminação, desenvolvendo a economia social e sectores para novos tipos de procura de bens e serviços.

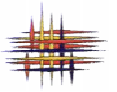
Estas directrizes e as medidas afectas ao Plano Nacional de Inclusão concretizam-se mediante a promoção de dinâmicas locais, capazes de facilitar a implementação de projectos conducentes ao desenvolvimento social e económico e a promoção de programas e medidas que fomentem a inclusão social.

2.- Intervenção de Âmbito Local

2.1 – As Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal, enquanto instrumento de planificação local, tem como finalidade geral continuar a transformar o Concelho de Mortágua, num concelho cada vez mais solidário, culto, desenvolvido, competitivo, atraente e melhor para viver. De acordo com a sistematização das estratégias sectoriais a implementar:

2.1.1 – Tecido Social e Cultural – Visa assegurar e aprofundar a coesão social, a igualdade de oportunidades e a cidadania activa de todos, suportadas por boas condições materiais e culturais de vida, e pela optimização dos serviços prestados pelas entidades públicas e pelas instituições privadas de natureza social;

2.1.2- Tecido Empresarial – Visa reforçar o seu dinamismo, organização, competitividade e inovação. Através do incentivo e fomento do espírito

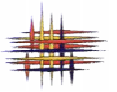


empreendedor da população local, sobretudo da componente mais jovem, e atrair investimentos em áreas que privilegiem o conhecimento e a inovação e explorem novos factores competitivos e competências existentes no Concelho;

2.1.3- Sistema de Conhecimento – Visa promover a inovação a qualificação dos recursos humanos. Sobretudo dos recursos humanos mais jovens, que pela sua formação devem ser encarados como agentes com maior capacidade de intervenção local nas mais diversas áreas. Por último visa atrair e fixar população.

Relativamente às áreas sociais e culturais um dos objectivos estratégicos definidos é o reforço das capacidades de articulação inter institucionais e inter sectoriais. Pretende-se com este objectivo, o desenvolvimento de actividades sociais e culturais, de projectos de interesse comum e ainda o aproveitamento de outros recursos existentes no concelho.

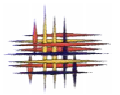
Assim, nas linhas de Política nas áreas sociais, a aposta vai, entre outros, no sentido da melhoria das condições de vida dos idosos e a sua integração na comunidade, através de uma política continuada de expansão da oferta diversificada de forma a atingir uma cobertura satisfatória, abrangendo as diferentes situações. Desta forma, um dos projectos de impacte elevado programados, é o desenvolvimento de serviços de apoio à terceira idade e dependentes, o qual consiste na criação e aumento da capacidade das valências: apoio domiciliário, centro de dia e lar de idosos. Para além da animação sócio cultural, através do “*Programa Viver. Mais Viver Feliz*. Ora, também nesta área o Plano de Desenvolvimento Social e as Grandes Opções do Plano confluem para o mesmo fim, o que revela a pertinência dos objectivos em análise.



Quanto aos equipamentos de apoio à infância, e às situações de abandono, absentismo e insucesso escolar, os objectivos previstos pelo Plano de Desenvolvimento Social têm, igualmente assento nas Grandes Opções do Plano, o qual tem como objectivos prioritários aumentar a capacidade de acolhimento das crianças dos 3 meses aos 3 anos, expansão dos serviços de apoio à família a todo o ensino pré-escolar e progressivamente ao primeiro ciclo do ensino básico. Por fim o *Projecto “Agarra a Vida”* tem por objectivo prevenir a exclusão escolar e social de crianças e jovens.

Como é de esperar, as Grandes Opções do Plano regista alguns objectivos que não são contemplados no PDS devido à diferente natureza e abrangência de cada um dos Planos. No entanto, feito este exercício de articulação, podemos concluir pelo registo de uma grande convergência de objectivos e das estratégias para os alcançar.

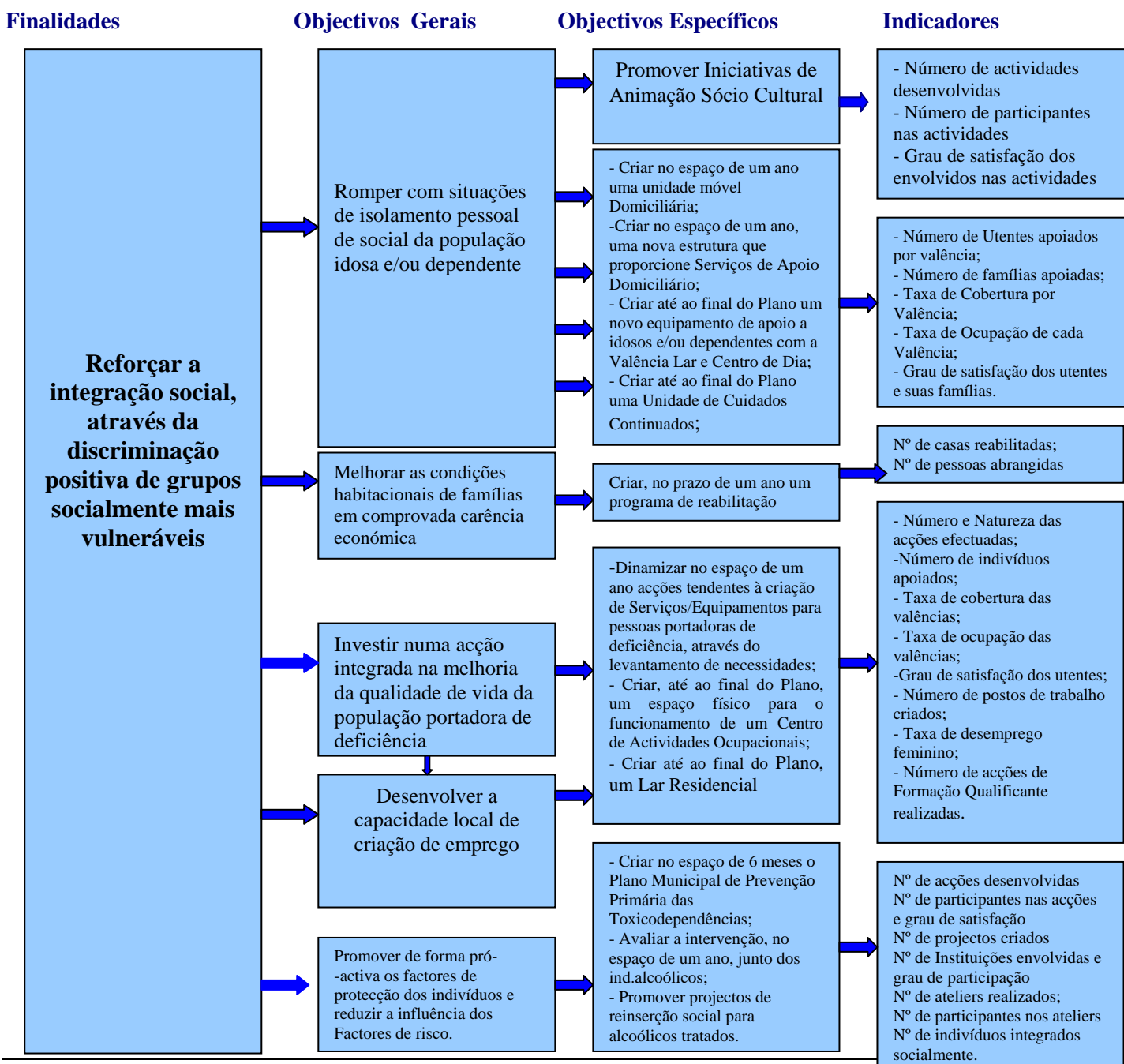
Relativamente às medidas e objectivos de âmbito nacional, podemos registar semelhante propósito pois estes integram-se plenamente no desenvolvimento de medidas sociais e económicas inclusivas, delineadas quer pelo Plano Nacional para a Inclusão, quer pelo Plano Nacional de Emprego, como, ainda, nas prioridades definidas pelo Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social.

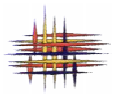


IV- Linhas Orientadoras - Finalidades, Objectivos e Estratégias de Intervenção

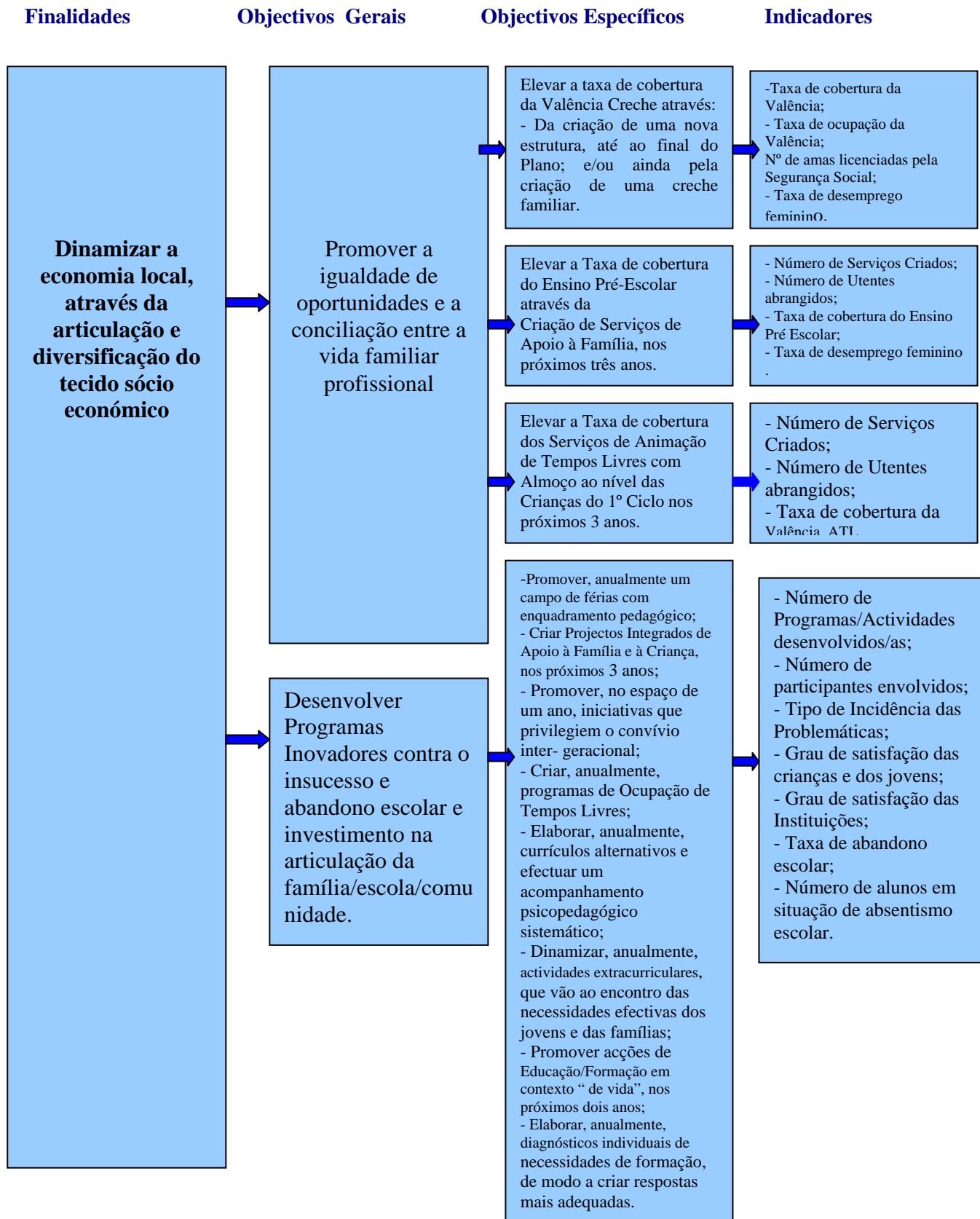
Tendo em consideração as duas funções fundamentais de qualquer Plano de Desenvolvimento Social (actuar ao nível das condições de desenvolvimento e assegurar a necessária integração e coerência de objectivos e acções), foram definidos quatro Eixos Estratégicos:

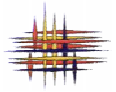
1º Eixo –: Reforçar a Integração Social, através da Discriminação Positiva de Grupos Socialmente mais Vulneráveis



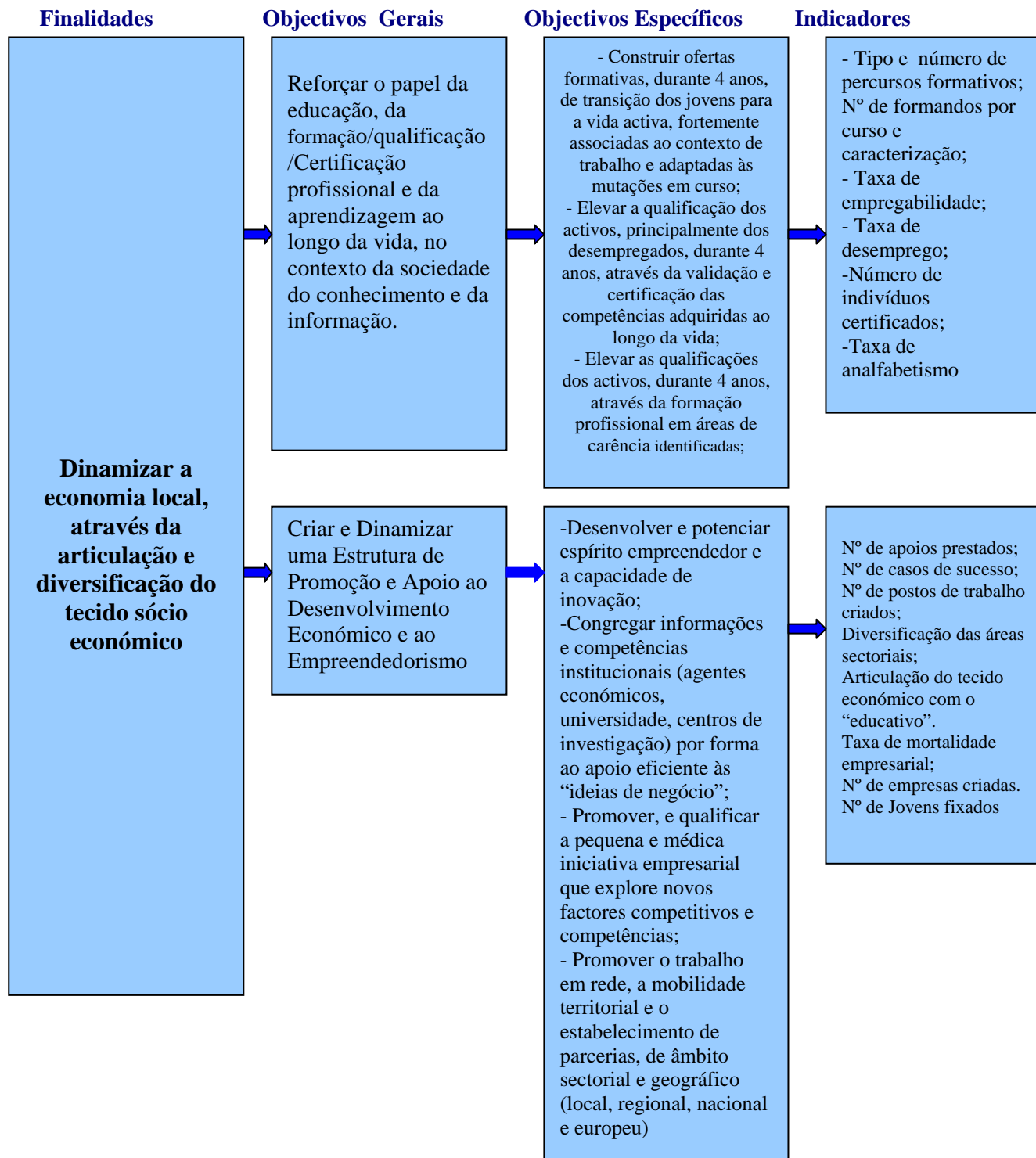


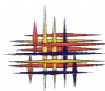
2º Eixo: Dinamizar a Economia Local, através da Articulação e Diversificação do Tecido Sócio – Económico



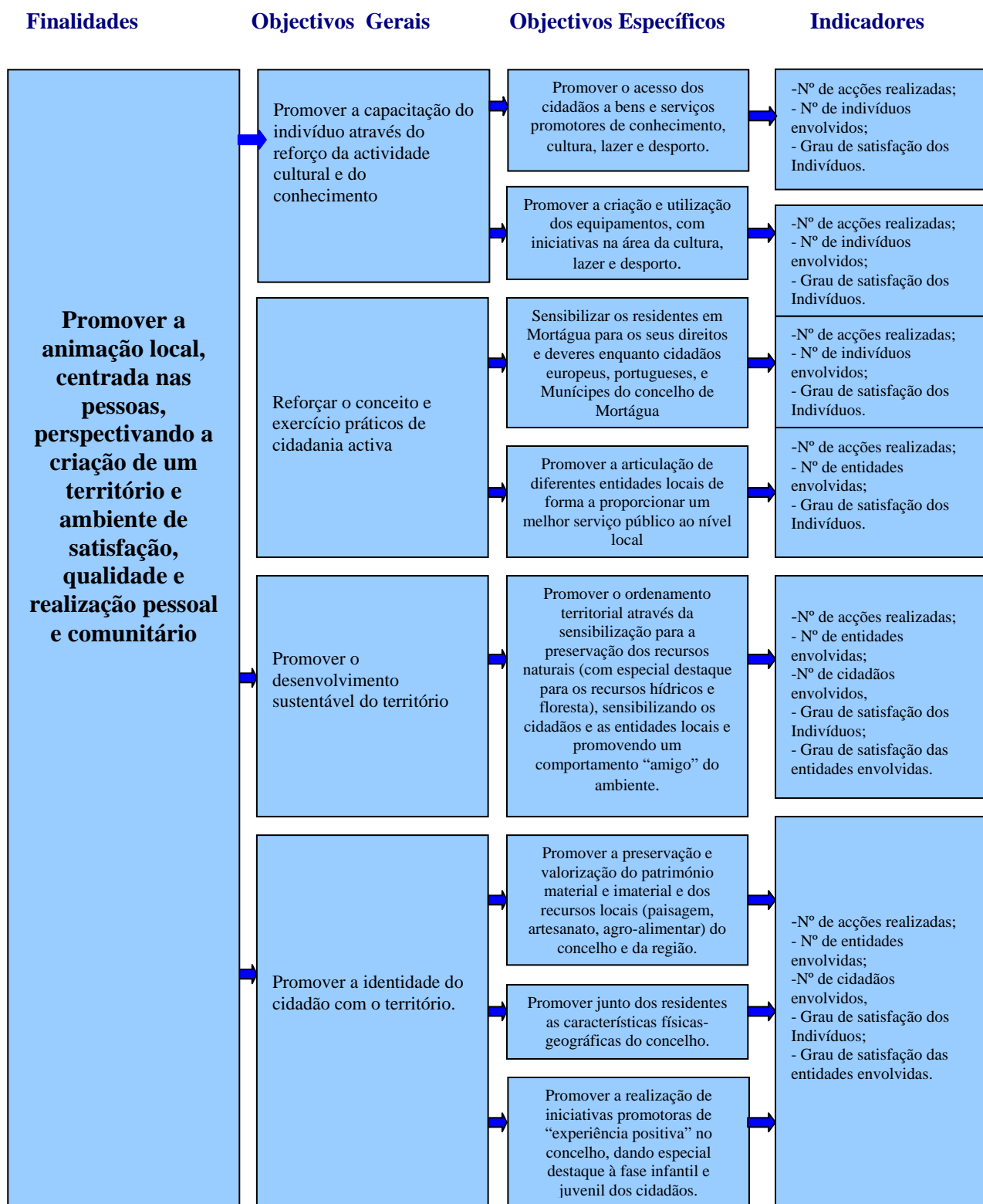


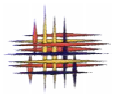
(Continuação do 2º Eixo)



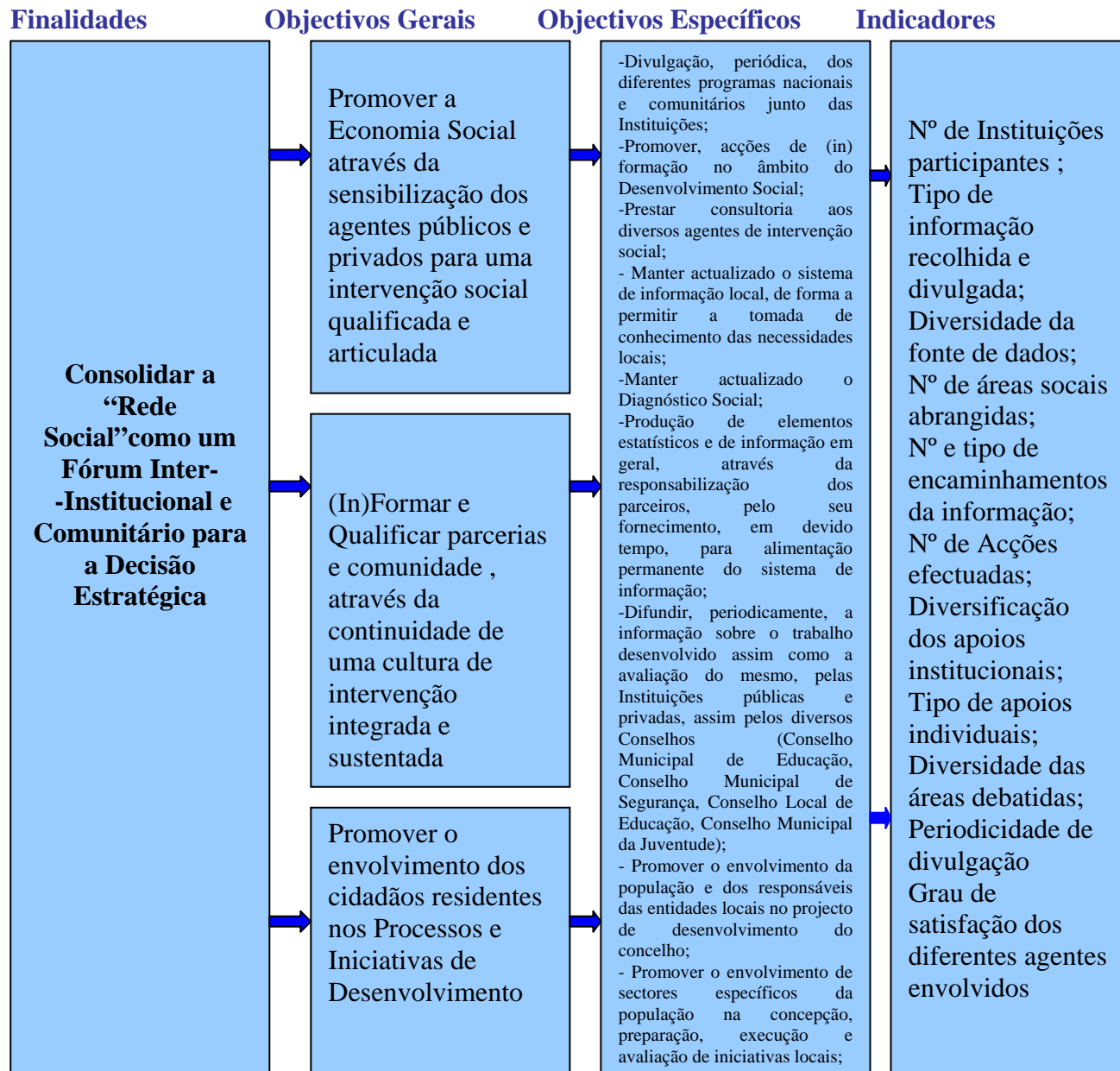


3º Eixo: Promover a Animação Local Centrada nas Pessoas, Perspectivando a Criação de um Território e Ambiente de Satisfação, Qualidade e Realização Pessoal e Comunitária



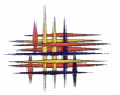


4º Eixo: Consolidar a “Rede Social” como um Fórum Inter-Institucional e Comunitário para a Decisão Estratégica



V – Estratégias

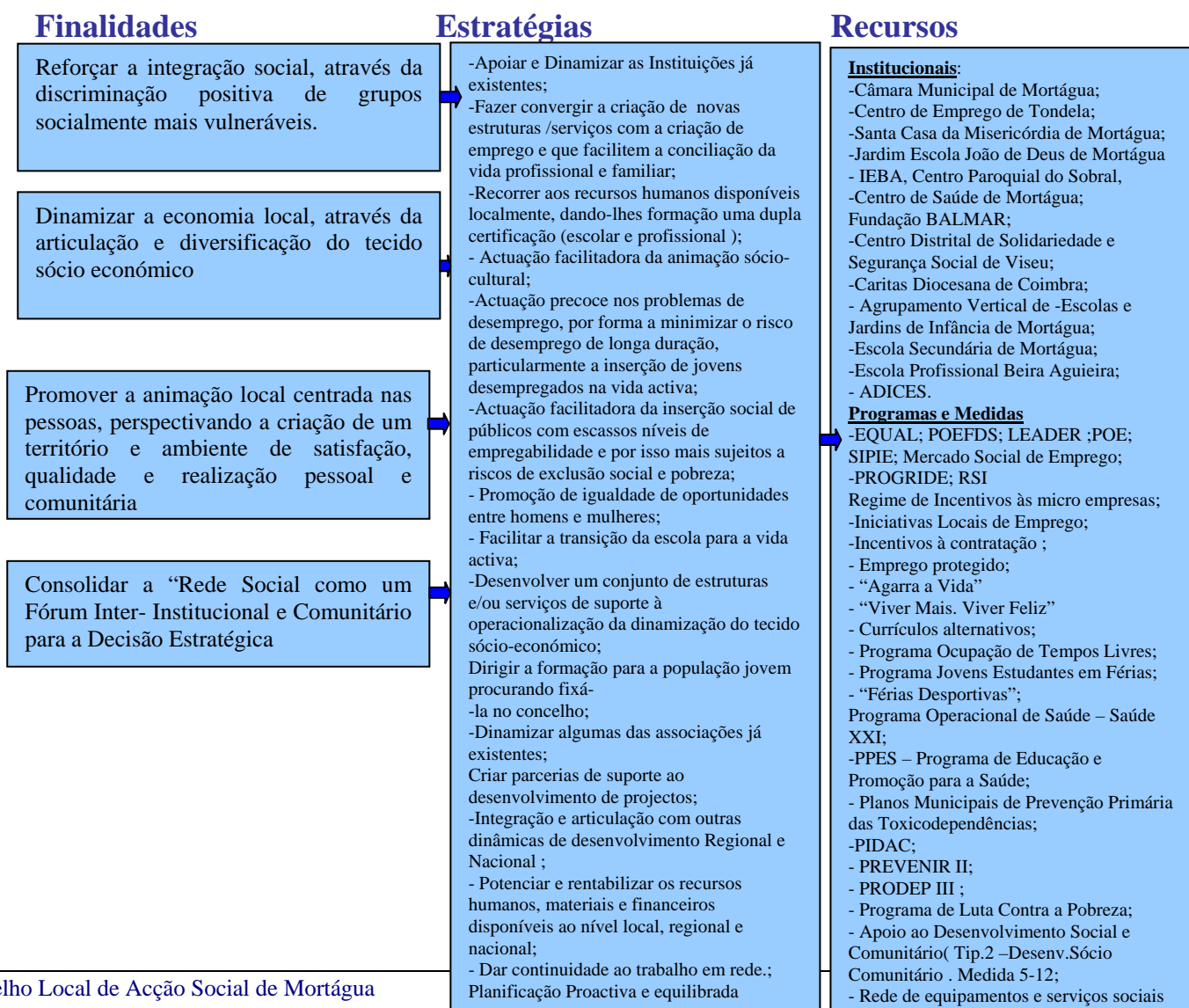
O Plano de Desenvolvimento Social define um conjunto de Eixos Estratégicos, transversais às diversas áreas que integram o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentado, os quais são consubstanciados em objectivos

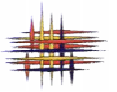


(gerais e específicos). Deste modo será essencial fazer referência à forma de os atingir, sendo esta:

- Execução de variadas actividades pelas Instituições que integram o Conselho Local de Acção Social; Inclusão dos objectivos do Plano de Desenvolvimento Social nos Planos de Actividades das Entidades Públicas e Privadas; Concretização dos objectivos por parte das Instituições através da contratualização de acordos, programas e medidas.

Tendo como referência os dados considerados fulcrais em qualquer processo de planeamento, tais como as finalidades e os recursos a envolver para a sua operacionalização, apresentam-se de seguida as estratégias de articulação entre os mesmos:





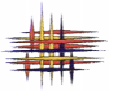
VI – Conclusão

A noção de Desenvolvimento Social, assenta num conjunto de princípios convencionados na Cimeira de Copenhaga, em 1995. Trata-se, de uma noção normativa e surgiu das críticas a modelos de desenvolvimento que valorizavam sobremaneira o crescimento económico que pressuponha que um nível de crescimento satisfatório, alcançado por determinadas regiões, seria o motor da generalização do bem-estar e da prosperidade noutras regiões.

Consideram-se como pilares do Desenvolvimento Social:

- a erradicação da pobreza, dando especial atenção às situações de pobreza extremas, incluindo o acesso ao rendimento e de maneira geral, a promoção dos direitos económicos, sociais, culturais e civis; a promoção do emprego, generalizando o direito ao trabalho, dirigindo esforços para a redução do desemprego, através da sensibilização do sector económico para o seu papel social, do desenvolvimento do mercado social de emprego, da promoção do auto-emprego e do investimento da empregabilidade;
- a integração social entendida como uma sociedade justa, fundada na defesa dos direitos humanos, na tolerância, na solidariedade, na segurança e participação social, cultural e política de todos, incluindo grupos desfavorecidos e vulneráveis; o reconhecimento da importância da família e da comunidade em matéria de integração social e o apoio à dinamização e capacitação das comunidades são algumas estratégias que poderão contribuir para a prossecução deste princípio.

Assim, imbuídos nestes princípios desenhou-se Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Mortágua, o qual é também o resultado do Diagnóstico

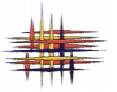


Social (instrumento técnico-científico de investigação para a acção). Nesta medida, começa por apresentar, após a introdução, os principais problemas e prioridades, os/as quais fundamentam a escolha dos seus quatro desafios estratégicos, que se desdobram em objectivos gerais e específicos. Optou-se por integrar um quarto desafio, “Consolidar a Rede Social como um fórum inter-institucional e comunitário para a decisão estratégica” o qual não deriva da identificação qualquer problema, mas resulta do próprio desafio estratégico do Programa “Rede Social”.

Trata-se, desta forma, de uma estratégia comum, no quadro de um conjunto de actores, que não é homogéneo ao nível dos recursos técnicos, financeiros e políticos, mas que irá permitir alargar as áreas de influência das políticas sectoriais, para além, de uma gestão local concertada, baseada em aprendizagens colectivas, novas práticas e novas iniciativas. Neste contexto, priorizaram-se “projectos” de dimensão estrutural de forma a combater as fraquezas específicas do território aproveitando as potencialidades (experiências de complementaridades entre instituições, serviços, com programas comuns, produtos de parcerias funcionais, envolvimento e participação dos actores sociais na construção de alguns projectos estruturantes) do mesmo.

Os objectivos do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) serão operacionalizáveis através da elaboração de um Plano de Acção que terá lugar após a aprovação do PDS.

O processo de implementação do PDS será acompanhado pelo CLAS e o seu Núcleo Executivo, que velará pelo seu cumprimento e também o cumprimento anual dos respectivos Planos.



Anualmente, será desenvolvido um momento avaliativo do trabalho desenvolvido e ainda a desenvolver, de modo a aferir e ajustar os objectivos e as estratégias adoptadas.

Algumas palavras para terminar: desejámos produzir um Plano exequível e relevante para o nosso concelho e, assim, tornar Mortágua, num local cada vez mais solidário, desenvolvido e competitivo, atraente e melhor para viver.

VII – Avaliação e Dispositivos de Monitorização

O Plano de Desenvolvimento Social será operacionalizado anualmente através dos respectivos Planos de Acção. Deste modo, é necessário ter em consideração os aspectos relacionados com a gestão, prossecução e visibilidade dos mesmos.

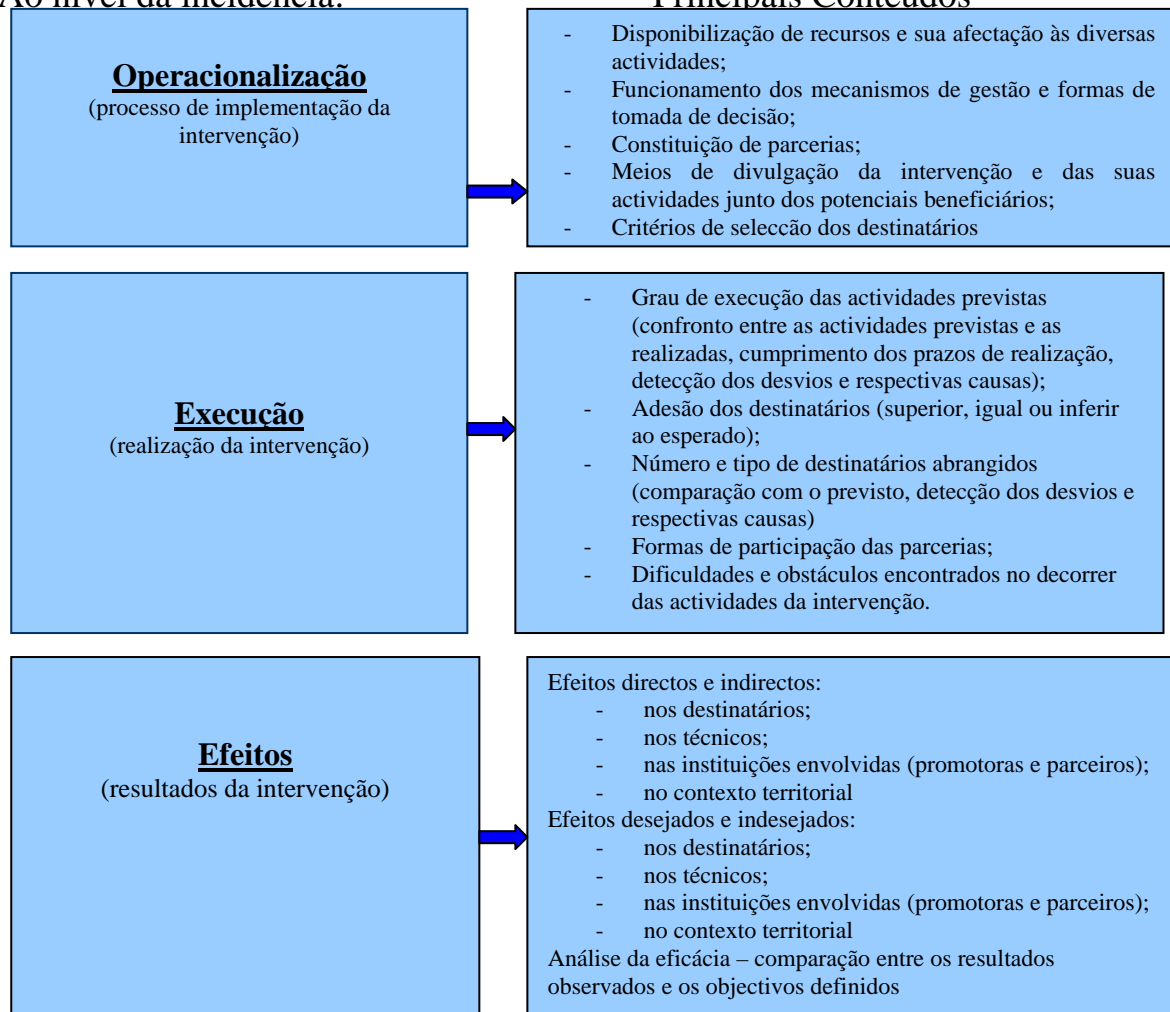
Assumindo sua gestão, um papel preponderante, é esta competência atribuída ao Conselho Local de Acção Social, de forma a manter a dinâmica institucional e a continuidade de execução dos objectivos e estratégias delineados. Como tal, será necessária a existência de um mecanismo de controlo de implementação das actividades definidas, assim como assumpção de responsabilidades no âmbito da competência e atribuições de cada parceiro, no que se refere a áreas e projectos de intervenção.

Também a avaliação serve de instrumento para o planeamento das intervenções, não devendo ser entendida como fiscalização, mas sim como momentos de análise, reorientação ou reforço das acções e, se quando necessário, de reestruturação de objectivos e estratégias. Através da avaliação, o CIAS fica possibilitado de rever o seu nível de actuação e, simultaneamente, de obter informações para a construção de novos planos, intensificando a sua

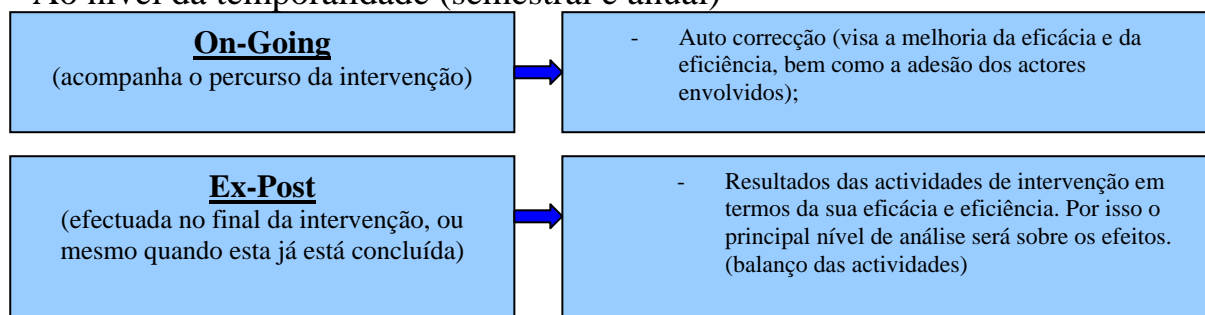
acção, corrigindo-a, afectando recursos desconhecidos ou descurados e identificando outros problemas com necessidade de intervenção.

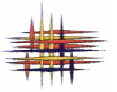
O processo de avaliação implica, assim, as seguintes modalidades:

Ao nível da incidência:



Ao nível da temporalidade (semestral e anual)





Ao nível da responsabilidade (interna)

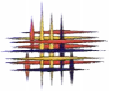
A responsabilidade do processo de avaliação competirá ao CLAS, coadjuvado pelo Núcleo Executivo. Será uma avaliação interna (auto-avaliação), efectuada no final de cada semestre. Ou seja, consistirá na avaliação do desempenho do CLAS na prossecução dos objectivos do Plano de Desenvolvimento Social e respectivos Planos de Acção e na aferição das estratégias e actividades desenvolvidas com a realidade existente. Será, portanto, uma avaliação do CLAS, feita pelo CLAS e para o CLAS.

Assim, a modalidade de avaliação preconizada, permitirá responder às seguintes questões: O que avaliar? Quando avaliar; e Quem avalia?

Ferramentas de Monitorização

Apresenta-se o Gráfico de Gantt, uma vez que se trata de um instrumento útil no acompanhamento e controlo da implementação dos Planos de Acção. Com ele é possível controlar a execução das acções e tornar transparente o andamento do processo, o que se revela bastante importante para o cumprimento daquilo que foi acordado no âmbito do Plano de Desenvolvimento Social.

Acrescente-se que a construção do Gráfico de Gantt, deve ser realizada anualmente (de acordo com os Planos de Acção) pelo Núcleo Executivo do CLAS e aprovado pelos parceiros envolvidos. Outra ferramenta de monitorização refere-se aos relatórios de execução trimestrais e/ou semestrais que permitirão uma visualização das tarefas e actividades mais específicas, respectivos recursos afectados, bem como os resultados obtidos.



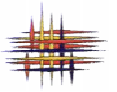
VIII- Metodologia

O Plano de Desenvolvimento Social é o resultado de um conjunto de processos metodológicos de investigação acção (*conhecer para agir*) que permitiu ao Conselho Local de Acção Social chegar à definição das suas finalidades, dos seus objectivos gerais e específicos e ainda às estratégias e indicadores.

Antecedeu-o a realização do Pré-Diagnóstico Social e do Diagnóstico Social do Concelho. Ambos os Documentos foram elaborados pelo Núcleo Executivo do CLAS. Equipa multidisciplinar, composta pelos técnicos da Câmara Municipal de Mortágua, da Santa Casa da Misericórdia de Mortágua, do Centro de Iniciativas Empresarias Beira Agueira, das Escolas e Jardins de Infância de Mortágua; pelo Director do Centro de Emprego de Tondela, pelo Presidente da Fundação de Beneficência e Cultura – BALMAR, pela Coordenadora Executiva da Associação de Desenvolvimento de Iniciativas Culturais, Económicas e Sociais (ADICES), pela Coordenadora do Serviço Local do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Viseu, pelo Director do Centro de Saúde de Mortágua. Para além do Sr. Presidente da Câmara Municipal, cujas intervenções foram de extrema importância e contribuíram de forma decisiva para a construção dos referidos instrumentos de Planeamento.

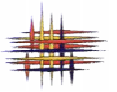
Para a elaboração do Pré-Diagnóstico o Núcleo Executivo procedeu às seguintes tarefas metodológicas:

- Elaboração de instrumentos de recolha de informação (inquéritos por questionário);



- Lançamento dos inquéritos às Instituições/Entidades e Serviços parceiros da Rede Social e outros, visando conhecer o estado da intervenção social no concelho e recolher a informação disponível no que concerne também outros Estudos e Diagnósticos Sectoriais (informação qualitativa e quantitativa);
- Entrevistas exploratórias a alguns actores locais (informação qualitativa e quantitativa);
- Reuniões através da aplicação da técnica Swot (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats - em português se traduz por F.O.F.A (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) que permitiu conhecer as potencialidades, oportunidades, fragilidades e ameaças das principais áreas problemáticas do Concelho;
- Pesquisa e tratamento da informação ao nível estatístico e documental (informação quantitativa).

Estas linhas metodológicas permitiram detectar as principais áreas problemáticas e necessidades do Concelho. As quais se procurou conhecer com maior profundidade e rigor no **Diagnóstico** (instrumento técnico científico de investigação para a acção). Para a sua elaboração tomou-se a seguinte opção metodológica: participação de todos os actores locais mediante a sua auscultação e implicação, através da técnica SWOT. Desta forma, foi possível conhecer as suas estratégias, os recursos e o meio de acção disponíveis, os graus de mobilização e implicação face aos objectivos, permitindo igualmente, hierarquizar as intervenções prioritárias face aos problemas e necessidades diagnosticadas. Esta opção permitiu, também, confirmar que os principais problemas e necessidades pré-diagnosticados,



constituem de facto, os principais problemas e necessidades do Concelho de Mortágua.

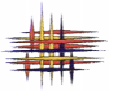
O Pré – Diagnóstico, o Diagnóstico, o Plano de Desenvolvimento Social e o Plano de Acção, constituem assim, instrumentos de Planeamento Estratégico fortemente participados, resultantes da cooperação, esforço e empenhamento de todas as Instituições Locais e Regionais que operam ao nível do desenvolvimento sócio-económico do Concelho e que integram o CLAS e Núcleo Executivo do mesmo.

De salvaguardar, no entanto, que para a elaboração dos referidos instrumentos de Planeamento Estratégico, não estivemos isentos de algumas dificuldades, sobretudo a análise estatística efectuada confrontou-nos com os demais conhecidos problemas de debilidade da informação estatística produzida no país: carência de fiabilidade de alguns dados, falta de sistematização, contradição de dados consoante a fonte utilizada, carência de informação desagregada a níveis territoriais como a freguesia ou mesmo o concelho e falta de actualidade de alguma informação. Este facto implica a razão de ser da implementação de um Sistema de Informação da Rede Social.

IX – Rede Social – Reconceptualização da Intervenção Social

Na sua origem a Rede Social decorre de uma Resolução do Conselho de Ministros (nº 197/97, de 18 de Novembro) e do Despacho Normativo nº 8/2002, de 12 de Fevereiro, por meio dos quais se procura impulsionar um trabalho em parceria alargado, incidindo na planificação estratégica de intervenção social local.

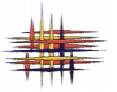
De acordo com a definição constante no Programa de Implementação, a Rede Social, é *“uma medida de política social que reconhece e incentiva a*



actuação das redes de solidariedade local no combate à pobreza e à exclusão social, e na promoção do desenvolvimento social. Define-se com um fórum de articulação e congregação de esforços e baseia-se na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar. (Programa de Implementação da Rede Social)

No Concelho de Mortágua o Programa “Rede Social”, vem em certa maneira dar continuidade e consolidar, uma prática de trabalho iniciada na segunda metade da última década, e que nasceu, da necessidade de se reconceptualizar toda a intervenção social, através da promoção e dinamização de outras (novas) formas de acção, concretizadas, através de respostas territorializadas de intervenção social, alicerçadas em relações de parceria entre Instituições Públicas e Privadas.

Tendo como pressuposto que toda a intervenção social se reveste de uma enorme complexidade, em virtude da multidimensionalidade que está inerente aos problemas sociais de exclusão social, a Rede Social veio também integrar outros “actores” sociais e fomentar a formação de uma “nova” consciência colectiva, no fundo, e como se lê no programa de implementação do Programa “Rede Social”, *“ a intervenção será feita a partir da articulação estreita entre prioridades globais e especificidades locais, de incentivo à mais valia das relações de cooperação e parceria entre organismos públicos e a iniciativa social privada, com a progressiva territorialização da intervenção social, rentabilização das práticas e estruturas de solidariedade já existentes e do reconhecimento da importância do sector social, pelo crescimento registado e pela sua capacidade de intervenção, integrando em todo o país uma verdadeira rede de solidariedade e protecção social”* (Programa de Implementação da Rede Social). Reconhece-se, assim, que toda a



intervenção sectorialmente estanque e espartilhada conduz a uma menor eficácia. É neste sentido que deve continuar a existir, e agora de uma forma mais acutilante, uma aposta clara na articulação entre as entidades com intervenção em áreas sectoriais diferentes (acção social, habitação, emprego, formação, educação, saúde, cultura, etc.), promovendo intervenções e respostas integradas e integradoras.

“Agir de forma coordenada e intervir através da acção multidisciplinar, traduz o reconhecimento da impossibilidade (...) de trabalhar de forma fragmentada e não coordenada e da indispensabilidade de uma abordagem entres os vários sistemas e instituições.” (RODRIGUES e al., 2001:19)

A estratégia de acção Concelhia, é agora, enquadrada na estratégia preconizada pelo Programa “Rede Social” e tem por isso subjacentes os seguintes princípios:

“Integração

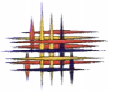
- Convergência das medidas económicas e sociais
- Convergência de ajustamento entre pessoas, grupos sociais e sociedade
- Incremento de Projectos de Desenvolvimento Local com a participação de todos e na congregação dos recursos de todos

Articulação

- Complementaridade
- Conjugação de esforços
- Construção da Parceria em torno de um objectivo comum

Subsidiariedade

- Proximidade aos problemas das populações
- Respostas de nível local de responsabilidade colectiva, local regional e nacional



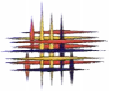
Inovação

- Multi- disciplinaridade
- Inter-institucionalidade
- Desburocratização. “

Metodologicamente, o Programa “Rede Social” estabelece também uma ruptura com formas mais “tradicionais” de planeamento, as quais têm surgido de “cima para baixo”, relegando para segundo plano a participação dos actores sociais locais e também as prioridades locais, ao preconizar a participação e mobilização de recursos de base e ainda a uma intervenção partilhada e conjuntamente definida, num efectivo trabalho de parceria.

Imbuídos nestes princípios o Conselho Local de Acção Social de Mortágua, constituído pelas seguintes Instituições Públicas e Privadas:

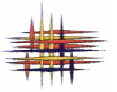
- Câmara Municipal de Mortágua;
- Junta de Freguesia de Mortágua;
- Junta de Freguesia de Pala;
- Junta de Freguesia do Sobral;
- Junta de Freguesia de Vale de Remígio;
- Junta de Freguesia de Trezoi;
- Junta de Freguesia de Cercosa;
- Junta de Freguesia de Espinho;
- Junta de Freguesia de Almaça;
- Junta de Freguesia de Cortegaça;
- Junta de Freguesia da Marmeleira;
- Centro de Saúde de Mortágua;
- Agrupamento de Escolas de Mortágua;
- Escola Secundária, Drº João Lopes de Moraes;



- Escola Profissional Beira Agueira (EBA);
- Santa Casa da Misericórdia de Mortágua;
- Centro BALMAR – Fundação de Beneficência e Cultura;
- Centro de Iniciativas Empresariais Beira Agueira (IEBA);
- Associação de Produtores Florestais de Mortágua;
- Associação Beira Agueira de Apoio ao Deficiente Visual (ABBADV);
- Jardim Escola João de Deus de Mortágua;
- Centro de Emprego de Tondela;
- Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Viseu;
- Associação de Desenvolvimento de Iniciativas Culturais, Sociais e Económicas (ADICES);
- Caritas Diocesana de Coimbra;

propõe-se levar a cabo, o Plano de Desenvolvimento Social, através da subsidiariedade de políticas sociais nacionais, com o apoio técnico do seu Núcleo Executivos composto também pelas seguintes Instituições:

- Câmara Municipal de Mortágua;
- Centro de Saúde de Mortágua;
- Escolas e Jardins de Infância do Concelho de Mortágua.
- Santa Casa da Misericórdia de Mortágua;
- Centro BALMAR – Fundação de Beneficência e Cultura;
- Centro de Iniciativas Empresariais Beira Agueira (IEBA);
- Centro de Emprego de Tondela;
- Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Viseu;
- Associação de Desenvolvimento de Iniciativas Culturais, Sociais e Económicas (ADICES).



Bibliografia:

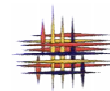
- . **MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO**, Plano de Desenvolvimento Regional 2000-2006, Dezembro de 1999;
- . **MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL**, Plano Nacional para a Inclusão 2003-2005, Julho de 2003;
- . **PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**, **Resolução do Conselho de Ministros nº 185/2003**, Plano Nacional de Emprego 2003-2006, Diário da República – I Série – B, Dezembro de 2003;
- . **MINISTÉRIO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE**, Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS) e Medidas Desconcentradas;
- . **CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA** Introdução às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento de 2004, Dezembro de 2003;
- . RODRIGUES, Walter; MOURA, Dulce (2003) Estratégias para a Juventude no Desenvolvimento Sócio-Económico de Mortágua, Documento para a Acção, Centro de Estudos Territoriais/Câmara Municipal de Mortágua;
- . **INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, Plano de Desenvolvimento Social, Programa Rede Social, 2003;
- . COSTA, Alfredo Bruto da (1998), Exclusões Sociais (Colecção “Cadernos Democráticos”, «Fundação Mário Soares»), 1º Edição, Lisboa, Edições Gradiva;
- . GUERRA, Isabel; AMORIM, Alexandre (1999), Construção de um Projecto, Lisboa: PROFISSS;
- . CAPUCHA, Luís, PEGADO, Elsa, SALEIRO Sandra Palma (1999), Metodologias de Avaliação de Intervenções Sociais, Lisboa: PROFISSS;
- . SANTOS, Sónia M. dos, SANTOS, Maria Emília Ribeiro dos (1999), Diagnostico Social, Lisboa: PROFISSS;
- . DIAGNÓSTICO SOCIAL DO CONCELHO DE ALMADA, Relatório Final, Centro de Estudos Territoriais.

Páginas da Internet

www.pnai.pt

www.seg-social.pt

www.iefp.pt



www.poefds.pt

<http://juventude.gov.pt/portaljuventude>

www.min-edu.pt

www.seg-social.pt/profiss

www.ipdt.pt/

www.idt.min-saude.pt

Mortágua 21 de Maio de 2004

